

**Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela
de dia 28 de novembro de 2023**

2ª Reunião

Ata N.º 21

No dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e quarenta e três minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, pela segunda vez sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Imposto Municipal sobre imoveis – Taxa a aplicar em 2024

PONTO 2 – Derrama – Taxas a aplicar

PONTO 3 – Participação variável no IRS para 2024

PONTO 4 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2024

PONTO 5 – 3.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027

PONTO 6 – Pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo

PONTO 7 – Desafetação do domínio público municipal e afetação ao domínio privado de parcela de terreno para instalação da Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Anjo

PONTO 8 – Projeto de Regulamento municipal da Feira Medieval de Palmela – Aprovação final

PONTO 9 – Contrato-Programa entre a Câmara Municipal e a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá
- Sr. Joaquim Pereira Pires
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa
- Sr. João Pedro Alves Ricardo
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento
- Sr. João Manuel da Cruz
- Sr. Ricardo José de Oliveira
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente
- Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques
- Sr. Diamantino de Sousa Pereira

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino
- Sr. Colin Michael Mateus Marques
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão
- Sra. Claudia Sofia Sebastião Estevão

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento
- Sr. João Manuel da Cruz
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho
- Sr. Carlos Jorge Antunes Almeida

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques
- Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontra presente.
- **Sr. João Manuel Cruz da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de assistência à família, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa** que se encontra presente.
- **Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de assistência à família, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião** que se encontra presente.
- **Sr. Carlos Jorge Antunes Almeida da CDU**, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **José Paulo Barão Garcia**, vogal do executivo.
- **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos de assistência à família, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix** que se encontra presente.
- **Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos escolares, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Rui Manuel Marques Lourenço** que se encontra presente.

- **Sr. Pedro Miguel Paula Biu do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais inadiáveis, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Claudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro** que se encontra presente.
- **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares do PS**, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Helena Maria Bráz de Almeida Matos Gaspar** secretária do executivo.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra** que se encontra presente.
- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Manuel Silva Oliveira** que se encontra presente.
- **Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU**, apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos de saúde, pelo período de mais três meses a partir de 18.11.2023 a 15.02.2024, em sua substituição foi convocado o **Sr. João Manuel da Cruz**.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, a **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço e a Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa da CDU**, a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra do PPD/PSD** e o **Sr. Carlos Manuel Silva Oliveira do BE**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apenas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito boa noite a todos.

Estamos na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela, gostava de vos cumprimentar e de vos dizer que a sessão que começou no dia 28 de novembro em face da convocatória que todos receberam no dia vinte e três de dois mil e vinte e três foi suspensa pelos motivos que todos nos lembramos e nesta conformidade passaremos à chamada para esta sessão que é uma sessão de continuidade da sessão que iniciamos no dia vinte e oito.

Dizer que a minha segunda-secretária está ausente e que solicitei à Patricia Caixinha enquanto líder da Bancada do Partido Socialista que indicasse um elemento e, portanto, é com muito gosto que a temos aqui."

Período de Antes da Ordem do Dia:

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Tive ocasião de falar com todos os líderes de bancada e embora estejamos numa sessão que eu comecei logo por indicar como extraordinária, fomos unânimes em permitir que, e já não é a primeira vez que isso acontece que exista aqui um Voto de Pesar ao Paulo Jorge Santos e que eu pediria à Patricia Caixinha que o lê-se em nome da Assembleia.

Patricia faz favor."

Voto de Pesar “Paulo Jorge Cruz dos Santos”

Tomou a palavra a **Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha** para apresentar o voto de pesar, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (doze da CDU, cinco do PS, quatro MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Alguma intervenção sobre este voto de pesar? Não?

Poderemos considerar o voto de pesar de toda a Assembleia?

Muito bem, vamos votar.”

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade com vinte e sete votos a favor (doze da CDU, cinco do PS, quatro MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

Período da Ordem do Dia

O Sr. Presidente da Mesa:

“Passamos ao Período da Ordem de Trabalhos, ponto um, Sr. Presidente de Câmara faz favor.”

PONTO 1 – Imposto Municipal sobre imoveis – Taxa a aplicar em 2024

O Sr. Presidente de Câmara:

“Muito obrigado.

Sr. Presidente, permita-me em seu nome cumprimentar os restantes membros da Mesa, assim como todos os membros da Assembleia, Srs. e Sras. Vereadores, quem está connosco na sala a assistir, em trabalho ou noutras funções.

Passando de imediato à presente proposta, convém sempre sublinhar alguns aspetos dos considerandos, nunca devemos esquecer que as autarquias vivem também de receitas de impostos diretos e indiretos, que o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), continua a ser uma das receitas mais importantes do município, tendo representado o ano económico vinte e dois dezassete por cento num total da receita não considerando transferências dos Fundos Comunitários e execuções de contratos programa com a Administração Central Empréstimos e venda de Bens e Investimento.

Devemos ter em consideração porque embora a deliberação seja municipal que nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), 99% destina-se aos municípios e 1% às freguesias, as decisões que aqui tomamos também tem repercussão nos orçamentos das freguesias, no caso de prédios urbanos, nos prédios rústicos, a sua totalidade da receita destina-se às freguesias.

De acordo com a legislação o valor patrimonial apurado pela Autoridade Tributária e Aduaneira - nos termos do Código do (CIMI), a este valor é aplicada a taxa aos prédios urbanos aprovada pelas Assembleias Municipais e no atual quadro legal fica entre um intervalo de 0,3% e 0,45%. A taxa dos prédios rústicos é de 0,8%, fixada no Código do IMI.

Temos aqui um quadro com a projeção dos valores de liquidação entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e três, que foi uma estimativa e o valor cobrado e transferido para o município que é sempre ligeiramente inferior. Voltar a recordar estes aspetos do financiamento autárquico ficou ainda mais dependente da receita do IMI, na

medida em que a repartição dos recursos públicos transferidos para os municípios desceu de 25,3% para 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do IRS, IRC e IVA arrecadado pelo Estado. Este referencial de repartição dos impostos nacionais sofreu em dois mil e vinte, um ligeiro ajustamento quando começamos as autarquias a ter direito a uma parte da receita do IVA liquidado no território do concelho, relativo ao alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás, mas é um ajustamento modesto para terem uma ideia começou com 253 mil e neste momento estima-se em 339 mil euros.

A Redução da taxa do IMI deve ter em consideração o comportamento das restantes e principais receitas da autarquia, temos de que fazê-lo sempre de uma forma ponderada e equilibrada e penso que é isso que temos vindo a fazer e temos vindo a obter um grande consenso nesta redução laboral, mas consistente para todos os contribuintes, mas mesmo assim este gradualismo resultou numa redução significativa da taxa que passou de 0,48 em dois mil e treze para, 0,325 em dois mil e vinte e três. Se quiséssemos fazer aqui contas globais no período dos dez anos abrangidos, possibilitou-se uma poupança muito expressiva para os municípios uma média de 2,5 milhões de euros anuais.

A perda de receita entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e três, com as opções que tomamos na redução do IMI, foi cerca de 14 milhões de euros globalmente, cerca de 3,4 milhões em média. Mas de facto como vos dizia para tomarmos estas opções não fazemos apenas por bandeiras políticas e pré-anúncios eleitorais é com estudo, com concertação, com uma análise ponderada destes conjuntos de fatores e temos podido fazer esta redução porque temos em consideração o comportamento de outras receitas e em particular do IMT nos últimos três anos tem compensado esta redução o que nos permitiu fazer esta redução mais acentuada.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Intervenções das bancadas?

Pela contagem somos 27 em função das ausências hoje na Assembleia.

Diamantino se faz favor."

O Sr. Diamantino Pereira do M CCP:

"Boa noite, sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia.

Vou dar aqui uma pequena justificação do sentido de voto do M CCP.

tendo em consideração a boa situação financeira da Câmara Municipal de Palmela, conforme já tem sido referido pelo Sr. Presidente, as graves dificuldades financeiras do elevado número de famílias do nosso concelho e que o valor do IMI é preponderante para a fixação das nossas famílias do nosso Concelho, o M CCP entende que deveria aprovar a aplicação da taxa mínima de 0,30 para o nosso Concelho e por isso vota contra.

Obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito Obrigado.

Cláudia Estevão do Chega, se faz favor."

A Sra. Claudia Estevão do CH:

"Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e na sua pessoa todos os restantes membros, comunicação social e quem nos está a ver em casa.

O Chega quer só fazer aqui uma declaração de sentido de voto, o Chega vai-se abster, muito embora sendo desfavorável a este imposto em particular entendemos que é uma verba que ainda é relevante para os

municípios, portanto, não podemos também sem alternativa ao financiamento retirar-la, mas entendemos que poderia ir um pouco mais longe nomeadamente majorar um pouco a dedução que se faz para quem tem, um filho, dois filhos, três filhos, a maioria das famílias têm um filho, dois filhos poder-se-ia tentar ir por aí tornar este imposto pouco menos oneroso para as famílias.

Depois lamentar o facto de concretizar-se a atualização que está prevista do coeficiente de localização dos imóveis, esta proposta não se vir se quer refletir nos bolsos dos munícipes, mas isso já nos ultrapassa. Obrigada.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Carlos Oliveira BE.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimento todas e todos os presentes, cumprimentos extensivos também a quem nos assiste em casa na emissão online.

A proposta hoje apresentada relativa à aplicação da taxa do Imposto Municipal sobre imóveis para dois mil e vinte e quatro de 0,31 por cento, aproxima-se do valor que tem sido defendido pelos autarcas do Bloco de Esquerda da Assembleia Municipal ao longo dos últimos anos que é de 0,30 por cento.

Ainda perdura na memória dos munícipes o tempo em que, a Câmara Municipal aplicava uma das taxas mais altas de IMI da região, se não do país até iniciar a trajetória de uma redução que atravessou os mandatos do Presidente Álvaro Amaro e do executivo CDU, com o apoio mais ou menos implícito do Partido Socialista na Câmara e na Assembleia Municipal.

Noto ainda, que no conteúdo da proposta houve o cuidado de apresentar quadros explicativos da evolução da liquidação e cobrança de IMI, dos valores da redução mínima e máxima em resultado da aplicação de IMI Familiar, projeções entre o valor máximo e o valor a aplicar em dois mil e vinte e quatro, mas perante a referência é a evolução da cobrança do IMI do imposto Municipal sobre as transições onerosas de imóveis ou IMT, num pequeno parágrafo constante na página três da proposta, não existe nenhum quadro para podermos aferir com maior rigor essa argumentação.

No que concerne às medidas de discriminação positiva apresentada nos pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove, que consubstanciam reduções à taxa de IMI para incremento da recuperação e ocupação de imóveis no Centro Histórico de Palmela, no núcleo urbano de Águas de Moura, na área urbana zona sul do Pinhal Novo, no núcleo urbano de Quinta do Anjo e no núcleo urbano de Poceirão, bem como no ponto dez relativo ao IMI Familiar, para aliviar mais um pouco as famílias com dependentes a cargo, aí estamos de acordo.

No entanto entende o Bloco de Esquerda, que a proposta da taxa de IMI de 0,31 por cento a aplicar no próximo ano, traz algum alívio na vida dos munícipes que contraíram créditos há habitação, para aquisição de casa própria estando ao mesmo tempo a atravessar dificuldades económicas devido a situações de desemprego ou emprego precário, com baixos salários.

Acreditamos ainda que era possível ao executivo da Câmara Municipal de Palmela ir mais longe, pensamos que há aqui a intenção deste executivo e do Presidente Álvaro Amaro, fazer um brilhar no último ano de mandato e aplicar então a taxa mínima de IMI que será no nosso entender uma opção eleitoralista.

Face aos considerandos que acabei de anunciar, não posso acompanhar favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Palmela e posição do Bloco de Esquerda é a abstenção, disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, Carlos Oliveira.

Patricia Caixinha, Partido Socialista faz favor.”

A Sra. Patricia Caixinha do PS:

“Obrigada, Sr. Presidente.

O IMI como já foi referido aqui pelo Sr. Presidente de Câmara é de facto a receita mais importante do município e o partido Socialista desde sempre que defende a alteração gradual do IMI no concelho, porque entende que é uma forma de ajudar todas e todos aqueles que anualmente fazem um esforço cada vez maior para cumprir com as suas responsabilidades fiscais.

O facto de defendermos que esta medida de redução seja gradual, respeita essencialmente dois princípios, o princípio da boa gestão e das finanças, e o princípio das finanças certas e políticas com preocupação social, foi possível neste mandato autárquico em virtude de os resultados eleitorais obtidos acordar a descida gradual deste imposto, para que no final deste mandato conseguirmos alcançar a taxa mínima de 0,3 por cento.

A redução do IMI para a taxa proposta de 0,31 por cento e a atribuição do IMI Familiar para o ano de dois mil e vinte e quatro é no nosso entendimento uma política de responsabilidade social que tem vindo a beneficiar e que continuará a beneficiar os munícipes, numa ajuda no orçamento das famílias e das famílias com dependentes a cargo, por considerarmos que uma oposição responsável com propostas com políticas justas para as pessoas, a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente, disse Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Colin Marques PPD/PSD, faz favor.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD:

“Permita-me que cumprimente todos os presentes na sua figura Sr. Presidente.

A bancada do PPD/PSD também irá votar favoravelmente a descida do IMI a adoção do IMI Familiar é uma proposta do nosso partido desde sempre, já antes de eu estar aqui na Assembleia Municipal e, portanto, nós congratulamo-nos no tempo que desejaríamos que tivesse sido aplicada, mas temos de reconhecer que a mesma vai num bom sentido com a adoção do IMI Familiar e a redução para 0,31.

Fica, portanto, um desejo que no futuro a dedução fixa de um número de dependentes a cargo possa ser um bocadinho mais generosa para com as famílias que são cada vez menos as famílias que têm vários filhos, não sei se notaram aqui que nós estávamos a ver aqui que nós estávamos a ver no concelho todo. agregados com três filhos, ou mais, são só trezentos e sessenta e três no concelho com cerca de setenta mil habitantes, é muito pouco.

Fica aqui este nosso apelo e o nosso sentido de voto clarificado, muito obrigado.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Não tenho mais nenhuma inscrição, Sr. Presidente de Câmara faz favor.”

O Sr. Presidente de Câmara:

“Muito obrigado.

Tomaria a palavra apenas para fazer alguns esclarecimentos, por um lado sobre duas intervenções que já citaram a questão de pretende-se pouco alcance da medida do IMI Familiar, eu quero recordar a V. Exas., que,

isto é, uma matéria que está legislada nestes termos e no meu entender bem, é muito diferente daquilo que é legislar do início que era devolver percentualmente, devolver mais, a quem ganhava mais, é pelo número de dependentes e é igual a todos os cidadãos e cabe à Assembleia Municipal de cada Concelho, de cada Município decidir se quer fazer esta devolução e este apoio às famílias e temo-lo feito felizmente à sete anos, oito anos, senão mais, e portanto, isto não é possível mexer.

Relativamente à atualização da avaliação dos imóveis, eu creio que essa é uma matéria justa, necessária, que tem de ser feita com maior periodicidade e não temos mexidas nos coeficientes de localização porque aí o município é consultado e nós não temos intenção de inflacionar qualquer coeficiente de localização. Interessam-nos é que sejam atualizados outros indicadores que contribuem pouco, mas contribuem para o valor tributável que é o nível de infraestruturização da localização das casas, porque de facto temos feito muita infraestruturização, muito asfaltamento e isso contribui e há também um conjunto de legalizações com anexos, com garagens e isso está desatualizado na ficha do INE, até gostávamos que a Autoridade Tributária tivesse estas coisas atualizadas, porque se houver maior justiça e objetividade e correção daquilo que efetivamente é o património, o valor do património das pessoas se calhar até podíamos ter chegado à taxa mínima mais depressa.

O percurso, é um percurso que está fundamentado, que tem sustentabilidade e obviamente o compromisso é chegar ao final do mandato com a taxa mínima, mas não é por questões eleitorais é um compromisso de várias bancadas e isso está explicitado mas pode haver um incidente qualquer as nossas intenções são sempre as melhores, esperemos que não hajam novas troikas ou novos períodos recessivos que cortem receitas, que reduzam a atividade económica que cortem receitas às autarquias e que elas não tenham que se endividar como já tiveram no passado até algumas que se endividaram para ter IMI na taxa mínima, quero recordar isto para a memória não ser curta, podias fazer o caminho que outras autarquias fizeram, mas nós andamos a financiar o Fundo de Apoio Municipal para autarquias, que fizeram opções políticas propagandistas de reduzir impostos, para depois deverem a toda a gente e terem que ser financiadas com o Fundo que foi retirado às outras Autarquias e que estamos agora à espera de ir recebendo esse dinheiro que emprestamos para quem estava em crise.

As contas estão feitas e creio que manter este caminho também ponderado de arrecadação da receita em equilíbrio com outras receitas, que é assim que poderemos ter uma governação justa, transparente, porque o dinheiro faz-nos falta para investir no território e nas pessoas de outra forma, os dinheiros dos nossos impostos chegam-nos de outra forma, isto não é um dinheiro que é pago em abstrato para a Administração Local, isto é um dinheiro que depois é reinvestindo nas pessoas, ora se temos melhores indicadores de qualidade de vida, de investimento, de bem estar e eles são públicos basta confirmar agora com o índice da sustentabilidade municipal significa que tem havido investimento no território e investimento só se faz com o dinheiro dos nossos impostos e quando não chega temos de ir a empréstimos, mas quando aprovamos empréstimos também temos que ter a capacidade de pagar e portanto o caminho é o caminho correto, não encontra calendários eleitorais, tem em conta as oportunidades. Estamos numa fase em que a arrecadação de outras receitas nos tem permitido baixar este imposto isso não aconteceu no passado por isso no passado as opções tiveram que ser outras, eu creio que este entendimento deveria merecer a aprovação unanime da nossa Assembleia, mas admito as opiniões diferentes, mas lá chegaremos se tudo correr bem à taxa mínima."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte votos a favor (doze da CDU, cinco do PS e três do PPD/PSD) quatro votos contra do MCCP e três abstenções (dois do CH e um do BE)

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos, Sr. Presidente de Câmara faz favor."

PONTO 2 – Derrama – Taxas a aplicar

O Sr. Presidente de Câmara:

"Muito obrigado.

Como é sabido os municípios podem lançar um Derrama sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), até ao limite de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento, que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos que exerçam, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola. A taxa poderá ser reduzida para os sujeitos passivos que tenham tido, no ano anterior, um volume de negócios que não ultrapasse 150.000 €.

Também este quadro procura ilustrar aquilo que tem sido o lucro tributável do nosso território:

Unidade: euro

Ano	2019	2020	2021	2022	2023*
Lucro Tributável > 150.000 € (ano anterior)	254.507.390	205.412.464	266.830.469	309.564.559,05	
Lucro Tributável ≤ 150.000 € (ano anterior)	7.506.838	7.929.948	9.535.697	12.964.540,85	
Valor da derrama **	3.767.540	3.915.031	3.121.667	4.117.475,83	4.895.032,00

* Previsão de arrecadação de derrama até ao final de 2023. A AT não disponibilizou até há data os dados sobre o lucro tributável de 2023.

** O valor da derrama arrecadada corresponde ao lucro tributável do ano anterior.

Dois mil e vinte e três não conseguimos estimar com exatidão aquilo que consta no nosso orçamento é uma média perspetiva de acordo com a AT.

Depois tivemos aqui um período em 2021, em que a cobrança de derrama foi inferior cerca de 850 mil de euros face à cobrada de 2020, confirmando a expectativa de uma redução do lucro tributável em resultado dos efeitos económicos da pandemia.

No ano de 2022 verificou-se um crescimento significativo da derrama em virtude do aumento dos lucros tributáveis com o crescimento do PIB de 5,74% em 2021.

Para o corrente ano prevê-se, considerando o crescimento do PIB de 6,7% em 2022, bem como o valor arrecadado até setembro (4.586.340,31€) uma receita de derrama de cerca de 4,9 milhões de euros.

Como reconhecimento da importância das micro e pequenas empresas, volume de negócios inferior a 150 mil euros, para o tecido económico e social nacional e particularmente do local enquanto geradoras de emprego, o município tem optado por isentá-las de Derrama, o que se traduziu num benefício, em 2023, de cerca de mais de 194 mil euros para as empresas abrangidas – 613 no total –, medida que se considera essencial manter em 2024 e que se traduzirá num benefício estimado em cerca de estimado 210 mil euros.

Propomos aplicar a Derrama de 1,5% com exceção das pequenas micro e médias empresas que tenham um volume de negócios inferior a 150.000 €, para as quais a proposta é continuarmos a mantê-las isentas da Derrama.

Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Intervenções sobre este ponto dois da ordem de trabalhos?

Chega faz favor."

O Sr. Valter Ferreira do CH:

"Boa noite a todos na pessoa do Sr. Presidente.

O Chega vai votar contra porque entendemos que uma verdadeira política de investimento e infraestruturas com uma derrama mais baixa é aquilo que efetivamente poderá incentivar os empresários a investir neste concelho e isso obviamente vai criar emprego e evitar a saída de pessoas para outros concelhos onde vão efetivamente investir e gastar o seu dinheiro em vez de o deixarem cá, é necessário investir em infraestruturas, criar condições para a implementação de negócios e promover a criação de emprego no nosso concelho.

Entendemos que a Derrama não ajuda nesse aspeto, portanto votamos contra."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Valter Ferreira.

Sr. Presidente quer alguma nota sobre? Não? Muito obrigado.

Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (doze da CDU, cinco do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e um do BE) e dois votos contra do CH.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto três, Sr. Presidente de Câmara se faz favor."

PONTO 3 – Participação variável no IRS para 2024

O Sr. Presidente de Câmara:

"Muito obrigado.

Nos termos do Regime Financeiro da Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), o Município tem direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos que aí tenham o seu domicílio fiscal relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a coleta líquida das deduções previstas na legislação aqui aduzida e do código do IRS. A referida participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida e comunicada à Autoridade Tributária até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Recordar que a participação direta no IRS prevista desde a entrada em vigor da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, destinou-se a compensar, em parte, a redução do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para os municípios que à época passou, de 30,5% para 25,3% como iam cortar nos municípios criaram esta possibilidade de ficarmos com 5% da receita do IRS.

Temos aqui um quadro da evolução do IRS cobrado:

Unidade: milhares de euros

Ano	2019	2020	2021	2022	2023
Participação no IRS	3.379	3.639	4.044	4.182	4.613

As pessoas pagam IRS, é bom sinal é sinal que têm rendimentos, isto tem que ver sobretudo com o emprego, com a atividade económica, com o facto de termos gente que aqui tem a sua vida, os seus negócios, aqui tem os seus rendimentos e este crescimento também tem a ver com o nosso crescimento demográfico esquecemo-nos às vezes de associar este crescimento ao facto de termos sido o terceiro concelho que mais cresceu em dez anos, e agora num ano fomos o que mais cresceu somos hoje o trigésimo quinto concelho com maior peso demográfico do país, ultrapassamos os setenta e um mil habitantes no final de dois mil e vinte e dois.

Esperamos que em dois mil e vinte e quatro possamos atingir esta nossa comparticipação para a nossa receita que vem compensar uma receita que foi retirada às autarquias de 4,988 milhões de euros e por isso aquilo que nós consideramos é que o município até pelo conjunto de investimentos de apoio às famílias nas áreas das Funções Sociais como vão ter oportunidade de verificar até na nossa proposta de orçamento dentro de uma semana, que deve propor à Assembleia que o município arrecada estes 5% a que tem direito no âmbito desta legislação.

Por outro lado, adiantaria já aqui duas ou três notas de carácter, mais de opção política, por um lado é inquestionável que a justiça fiscal de reescalonamento do IRS, etc., tem de ser feito em sede própria nomeadamente na Assembleia da República, e, tem havido apesar de termos chegado a um quadro que ainda não é o desejável do ponto de vista de muitas forças políticas ou partidárias, a melhorias consideráveis que têm atenuado, têm aumentado o número de pessoas que estão isentas, tem acrescido o IRS Jovem, e tem acrescido um conjunto de outras medidas que o próprio Governo pelo menos prometeu aduzir em 525 milhões de euros no âmbito do Programa de Estabilidade que apresentou em abril deste ano, e, portanto, creio que as recentes aprovações em matéria fiscal vai um pouco ao encontro desta redução, havendo redução também arrecadaremos menos, é, aí que tem que ser feita justiça, e não aqui, e porque esta verba é de facto manifestamente insuficiente para o investimento que fazemos, da forma como o devolvemos às famílias, nós devolvemos este dinheiro de outra forma quando pagamos os passes a cem por cento, quando oferecemos reforço alimentar nas escolas, para além daquilo que a lei obriga, quando fazemos o pagamento dos cadernos de atividades ao 1º e 2º Ciclo entre outras medidas de apoio social às famílias, nós estamos a devolver a quem mais precisa.

O outro tipo de devolução para uma família com rendimentos médios, com um filho, implica se calhar uma devolução cerca de 20 euros, isso não paga a piscina, o "Aprender a Nadar" é de borla, mas estaríamos a devolver a quem tem muitos rendimentos estaríamos a devolver a quem menos precisa, às vezes fala-se muito aqui em justiça fiscal mas não temos a noção que estas devoluções desta maneira e cegas, não promovem de facto equidade, igualdade de oportunidades e os apoios não chegam a quem mais precisa e portanto esta receita do município é uma receita que será bem empregue na nossa população e não podemos prescindir dela, não podemos reduzir aqui nada, é este o nosso entendimento e que tem merecido também o acordo da generalidade das forças políticas, porque efetivamente temos feito um esforço para aplicar bem o dinheiro dos impostos dos nossos munícipes, disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre esta proposta, intervenções?

Colin Marques, faz favor."

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD:

"O nosso sentido de voto neste caso será contra, é uma questão política, não temos essa leitura, o Sr. Presidente quando diz que a autarquia vai aplicar a lei até quase que dá a ideia de que as pessoas que pagam IRS aplicam mal o seu dinheiro e isso não é verdade. Não se esqueçam de uma coisa, são as pessoas normalmente que pagam o IRS, são aquelas que têm mais capacidade para gerar riqueza, emprego, desenvolvimento, investimento no parque habitacional, entre várias outras coisas.

Tenho dito, obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito Obrigado.

Cláudia Estevão CH, faz favor."

A Sra. Cláudia Estevão do CH:

"O CH também votará contra.

A indisponibilidade do executivo para aumentar a taxa de devolução do IRS, parece-nos que é um sinal de quem paga impostos provenientes do seu trabalho, não é uma prioridade para o executivo, estamos num momento de aumento de preços exponencial, perda de poder de compra também exponencial e, portanto, queremos que

O executivo poderia e devia ter ido mais longe transferindo algum conforto, para os seus munícipes."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito Obrigado.

Patricia Caixinha, Partido Socialista.

Não tenho mais nenhuma inscrição."

A Sra. Patricia Caixinha do PS:

"Obrigada, Sr. Presidente.

Vou destoar aqui um bocadinho os sentidos de voto.

A proposta apresentada nesta Assembleia Municipal é para a manutenção da taxa do IRS em cinco por cento, a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta e por duas razões.

Primeiro, porque o pressuposto subjacente a este imposto é que haja uma redistribuição da riqueza.

Segundo, porque o Governo tem vindo a alterar de forma significativa os escalões mais baixos de IRS com vista à promoção de uma maior e melhor justiça social e até apoiando os mais jovens com esta medida.

Por outro lado, a devolução deste imposto aos munícipes do IRS, seria irrisória pelo que consideramos que o valor do IRS arrecadado deverá ser canalizado para aquilo que realmente interessa e importa que é a área social e disse Sr. Presidente."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Joaquim Pires, CDU faz favor."

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

"Boa noite a todos, os que estão aqui na sala e os que lá em casa também nos estão a ver e a ouvir.

Apenas duas notas relativamente a esta matéria que é sempre complicada, a primeira nota é que, tendo em conta a explanação e esclarecimento que está na fundamentação que acompanha na proposta, considerando igualmente as explicações dadas pelo Sr. Presidente, entende a CDU que esta proposta é prudente, é séria, é transparente e que melhorará sem dúvida alguma um pouco mais a vida dos nossos munícipes e por isso iremos votar a favor."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Sr. Presidente de Câmara quer fazer um rodapé?"

O Sr. Presidente de Câmara:

"Um rodapé naturalmente político.

Eu percebo que algumas forças políticas tenham alguns problemas às vezes até de coerência com aquilo que dizem defender e propor, algumas até são adeptas à inexistência de impostos.

O Chega por exemplo ao votar contra a proposta da Derrama, que é uma coisa que é aprovada desta maneira e na generalidade dos municípios do país votou contra o objeto principal da proposta, que é a redução a isenção às microempresas, reparem na contradição.

Aqui sobre estas outras matérias eu percebo, só faltava cá mais um ou outro partido para estarmos nessa lógica daqueles que acham que não é preciso ninguém pagar impostos e, portanto, as receitas encontram-se não sei onde, noutros sítios. Mas quero voltar a esclarecer, primeiro esta é uma receita que não cobre aquilo que foi cortado nas transferências financeiras que tinham que ser feitas para as autarquias, é uma lei que eu sou contra ela desde dois mil e sete, isto devia ser igual em todo o país para não termos aqui esta discussão e volto a dizer quem quer fazer justiça fiscal no IRS em sede da Assembleia da República e já agora aproveito para recordar que na Assembleia da República o meu Partido fez propostas alternativas à da maioria para um melhor escalamento do IRS e aí os senhores podiam ter votado a favor, porque era mais vantajosas para os munícipes pagariam menos e veem aqui pedir à autarquia que prescindia de uma receita que até é necessária para investir nas funções sociais e investir em aspetos que valorizam a escola pública, que dão apoio a instituições sociais, substituem respostas do Estado Central quando nós estamos a assumir novas competências e o dinheiro não vai chegar para tudo.

Acho que tinha de dizer isto, embora não seja este o papel que me estava destinado, mas julgo que temos que ter a frontalidade também de dizer aqui algumas questões que para mim são verdades insofismáveis e que não posso deixar aqui de referir.

Fica o repto, que na próxima podem acompanhar algumas propostas em Assembleia da República que as pessoas pagaram menos IRS, disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Votamos então."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor (doze da CDU, cinco do PS, quatro do MCCP e um do BE) e cinco votos contra (três do PPD/PSD e dois do CH)

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos para o ponto quatro, Sr. Presidente se faz favor."

PONTO 4 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2024

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Muito sucintamente é uma taxa que é devida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), a definir pelos municípios e que não pode ultrapassar 0,25% do valor de cada fatura emitida aos consumidores finais.

Temos aqui um quadro que vai referindo qual tem sido o valor arrecadado, houve um aumento em dois mil e vinte e três, naturalmente há mais gente, há mais fogos, há mais clientes finais, telecomunicações com estas redes.

Unidade: Euros

Ano	2020	2021	2022	2023*
TMDP	25.045	25.603	28.490	33.219

*Previsão

As taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e nós consideramos que esta receita apesar de não ser muito significativa quer de direito ser arrecadada pela autarquia e trazemo-la à Assembleia Municipal para que possamos arrecadar aquilo a que temos direito.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Intervenções? Não existindo votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor (doze da CDU, cinco do PS, quatro do MCCP e um do BE) e cinco votos contra (três do PPD/PSD e dois do CH)

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto número cinco, Sr. Presidente se faz favor."

PONTO 5 – 3.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"A 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027 tem por objetivo efetuar ajustamentos finais aos documentos previsionais, adequando-os à execução física e financeira que se estima vir a ocorrer até à conclusão do corrente ano económico.

Receita:

No capítulo da receita efetuaram-se anulações no valor global de 6.944.255,00 € (seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco euros), as quais incidem sobre as rubricas «Transferências correntes» e «Transferências de capital», em resultado da reprogramação de diversas obras e projetos cofinanciados por fundos comunitários e/ou pela administração central, bem como de ajustamentos nas verbas decorrentes das transferências de competências; nós tínhamos um orçamento que estimávamos poder vir a assumir as competências em outubro, onde tínhamos lá estas verbas, como aprovamos aqui as competências da saúde e como sabeis apenas a partir de um de janeiro e naquela dependência da publicação do aviso que aproveito para anunciar que já saiu o aviso para a Unidade de Saúde Familiar para a Unidade de Quinta do Anjo e que já estamos a trabalhar na candidatura, é evidente que essas centenas milhares de euros podiam ser mais e até vão ser insuficientes também não ficam no orçamento porque vão ser inscritas no orçamento de vinte e quatro.

Depois, também no capítulo da receita, «Taxas, multas e outras penalidades», as projeções que fizemos como sabem são feitas com uma técnica orçamental que implica as médias dos vinte e quatro meses e foi isso que metemos no orçamento inicial.

Por exemplo, esta média foi inflacionada pelo facto de há dois anos termos recebido as taxas das Marquesas I e III, dos loteamentos ora isso não acontece todos os anos, porque é que está a acontecer, temos uma previsão de receita da média muito elevada e não obstante a dinâmica dos licenciamentos e urbanística a receita está muito abaixo dessa previsão, também não vamos ficar com esse desvio no orçamento por isso está na altura de acertar as contas.

Despesa:

Fazemos vários movimentos por um lado temos anulações na despesa de pessoal, tendo em consideração as contratações, concursos, entradas e saídas também há aqui uma verba que vai ser utilizada e temos alterações às Grandes Opções do Plano, que resultam sobretudo de reprogramação de algumas obras que darei aqui alguns exemplos.

Assim as Grandes Opções do Plano, com uma dotação atual de 61,7 milhões de euros passam, após esta Alteração Modificativa, a dispor de uma dotação no valor de 55,5 milhões de euros.

O total do Orçamento após a 3ª Alteração Modificativa é de 87.307.483 € (oitenta e sete milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e oitenta e três euros) que representa um decréscimo de 7,37% relativamente ao Orçamento atual.

Principais mexidas: há aqui um conjunto de operações da OIL do Poceirão/Marateca, vou falar dos números mais relevantes porque de resto é fácil verificar que há anulações de coisas que estão executadas ou que não se gastou a verba toda e que tem que ser redirigidas também para reforços, por exemplo na deposição de aterro na Amarsul depositamos mais, aumentam as taxas de gestão de resíduo, precisamos mais de duzentos ou trezentos mil euros, senão, não temos dinheiro para pagar as faturas até final do ano, também há dinheiro que sai de um lado para outro, isso é possível verificar os reforços para onde é que ele vai, as anulações que é aquilo mais significativo.

Temos aqui por exemplo o sistema de Gestão de Proteção de Dados Pessoais, cujo procedimento está em curso, quarenta e nove mil euros, não vamos executar, vai ficar para o ano.

O Plano de formação da Câmara Municipal de Palmela, que tendo execução concreta e batendo todos os recordes de horas, ações, etc., não precisou de toda a verba e também fazemos aqui uma anulação de trinta mil euros.

Nas escolas o conjunto de anulações que estão feitas não significa qualquer recuo, são projetos que estão em elaboração só podemos concluir e paga-los no próximo ano e portanto também não se justifica estarem aqui estas verbas e portanto em várias escolas com exceção da Requalificação da José Saramago que até é financiado pelo PRR na Operação Integrada Local de Desenvolvimento, o procedimento está em preparação só tem realização financeira em vinte e quatro, portanto esta receita de cem por cento, cento e cinquenta e quatro mil e quatrocentos euros, vai ter que passar para o próximo ano.

Isto não são até questões de natureza de opção política, são questões da vida, que tem que adequar os instrumentos provisionais à sua dinâmica e realidade de execução.

O mesmo com a Carta Educativa, o procedimento só implica pagamentos em dois mil e vinte e quatro, portanto não vale a pena ter aqui trinta e cinco mil e novecentos euros.

Seiscentos mil euros da construção do Pavilhão da Escola Secundária de Palmela, toda a gente sabe que a obra está a decorrer, mas está aqui seiscentos mil euros que até é parte do Ministério da Educação que não vamos receber, então sai do nosso plano.

As transferências na área da saúde, são muitas rubricas, esta anulação já expliquei tem que ver com a assunção de competências apenas a partir do dia um de janeiro, mas já estava no nosso orçamento e, portanto, também tem que sair daqui.

Na Estratégica Local de Habitação, havendo até um conjunto de candidaturas já aprovadas, muita aquisição de casas é sobretudo no capítulo da construção que os processos ainda não estão em condições de executarem financeiramente.

Devo dizer-vos que já entregamos este ano dezasseis casas, já compramos este ano cinquenta e dois apartamentos em reabilitação dos quais dezasseis já foram reabilitados e entregues, prevemos no início de o ano entregar mais, mas aquilo que é construção nova que temos em Aires, Cabeço Velhinho, Poceirão, Marateca, etc. são umas dezenas de fogos, temos projetos em elaboração uns já em aprovação outros ainda em elaboração e só terá execução financeira a partir do próximo ano.

Temos aqui também verbas avultadas para chegarmos a estes seis milhões de cortes a explicação é esta, temos aqui duzentos e noventa e sete mil, mais setecentos e cinquenta e cinco mil, que tinham de estar no orçamento para podermos lançar procedimentos, mas que, quando adjudicarmos a obra no próximo ano é no próximo ano que temos de executar.

Estão aqui outras coisas mais pequenas, a infraestruturação da Lagoinha 2ª Fase, é uma nova fase porque esta fase que está a decorrer e que é visível no terreno está a terminar, a da rua da Holanda também está a arrancar e nós até decidimos meter em empréstimo, outra fase da Lagoinha, e, portanto, isto só arranca no próximo ano e, portanto, há aqui duzentos e sete mil euros que não são utilizados este ano e que passam para o ano seguinte.

O mesmo relativamente à Ribeira da Salgueirinha, nós adjudicamos o projeto esta semana, ora a programação financeira estava de acordo até com a portaria de extensão de encargos e que nós tínhamos de ter trinta e nove mil euros numa rubrica e duzentos e cinquenta mil euros noutra, não vamos executar, há uma parte que ainda vamos executar porque temos que pagar na adjudicação uma entrada, mas só pagamos o projeto no final.

Portanto estão aqui quase um milhão de euros que também só são executados no próximo ano, de recordar que isto é uma obra que está feita até dois mil e vinte e sete, é essa a programação da obra e a programação financeira com o Fundo Ambiental connosco.

Depois, um caso particular ligação Furo RA1 Sistema de Abastecimento a Palmela, que anda há anos no nosso orçamento e que está sempre a passar de um ano para o outro, tem que ver com problemas com expropriação, com declarações de utilidade pública, para podermos entrar em obra finalmente está desbloqueado, esta obra já havia sido adjudicada e não pode ir para o terreno por causa de problemas com os proprietários que demoraram estes anos todos a resolver e nós não podemos lança-la agora pelo valor que adjudicamos ou melhor, vamos ter que negociar ali com a empresa um sistema qualquer, aquela obra já não é fazível com cem mil euros, hoje será à volta de cento e cinquenta mil e por isso antes de tratarmos esse reatar do processo, vamos ter que meter isto para dois mil e vinte e quatro, que é para o ano que a obra terá que ser lançada, cá está há necessidade de reforços na deposição final de resíduos sólidos urbanos, nas (ETARES – Estação de Tratamento de Águas Residuais) outros pequenos reforços para remodelações de jardins, espaços exteriores, plantações da Floresta Autóctone, também para o canil, para resíduos perigosos abandonados, sectoriais, são rubricas correntes que estamos sempre a gastar mais daquilo que estava previsto e se temos que ter aqui dotações acrescidas até final do ano.

Os campos de PADEL, estão adjudicados desde setembro finalmente veio a autorização para o abate das espécies arbóreas para podermos entrar em obra e não vai ser em dezembro, enfim, para montar o estaleiro e por lá o placar mas não vai haver realização financeira e portanto há aqui uma parte da obra de cento e vinte

e oito mil euros que era o que estava previsto ainda ser gasta entre setembro e dezembro, que não foi gasta, porque a obra não começou e também vai ter que ser transferido para o próximo ano.

O mesmo, a empreitadas da Rede Viária que felizmente estão todas as do plano adjudicadas e começadas, mas, também não vão ter a execução financeira total do ano ou da empreitada e como vamos pagar os autos no próximo ano tem de seguir para o próximo ano.

Rua Caixinhas que está a começar, Rua Américo Alegria que está quase terminada a Rua da Ponte ainda é um valorsinho para o projeto e a Rua dos Marinheiro em Brejos do Assa que é a que tem ainda o projeto em conclusão, esta nem se quer chegou a começar ao contrário daquilo que disse, esta ainda não começou, mas por isso mesmo tem de ter o dinheiro para começar para o próximo ano para adjudicação. O mesmo relativamente ao Ciclopset, também já está desbloqueada a ciclovia Quinta do Anjo/Cabanas, mas obra também só vai ter execução financeira no próximo ano.

Falei-lhes só dos grandes números porque o resto são pequenas afinações que posso esclarecer.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito bem Sr. Presidente.

Intervenções sobre esta 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027.

Aceito Inscrições.

Patricia Caixinha PS, faz favor.”

A Sra. Patricia Caixinha do PS:

“Obrigada, Sr. Presidente.

Queria deixar aqui apenas umas notas porque na verdade estamos perante a 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento que é o maior de sempre desta autarquia e que segundo esta proposta vai-se fixar em 87.307.483 € (oitenta e sete milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e oitenta e três euros), que é também o maior de sempre.

Uma alteração, ainda é aceitável, duas ou três, já nos parece um bocadinho demasiado.

Entendemos as explicações, percebemos que estamos perante cerca de 7.000.000. (sete milhões) de anulações

Relativas à reprogramação de diversas obras e projetos cofinanciados por Fundos Comunitários e ao próprio Governo e uma diminuição do previsto em termos de execução das taxas, multas e afins.

Bem sabemos no que diz respeito essencialmente às obras e aos projetos que há que considerar não só as vicissitudes do mercado, dos financiamentos, das aberturas dos concursos, mas parece-nos que existe aqui um sinal claro de uma ausência de um plano estratégico para o concelho. Como aliás, já temos oportunidade de referir quando das outras alterações anteriores e por essa razão a bancada do Partido Socialista irá abster-se nesta proposta, disse Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito Obrigado.

Carlos Oliveira, Bloco de Esquerda.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Fazer apenas uma curta declaração, em relação a este ponto constatamos que o que está contido na proposta resulta na necessidade do executivo camarário em realizar ajustamentos na execução orçamental do corrente ano.

Trata-se, portanto, de dar continuidade às opções problemáticas que não são as nossas, não são as do Bloco de Esquerda, ainda assim não vemos razão para votar contra esta proposta, por isso o nosso sentido de voto será o da abstenção.

Disse.”

OO Sr. Presidente da Mesa:

“Muito Obrigado.

Não registo mais nenhuma intervenção e também me parece que o Sr. Presidente de Câmara quererá falar.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado pelas questões e pelos considerandos, mas eu gosto sempre de tentar convencer.

Fazer três alterações ou fazer três revisões, é perfeitamente normal, quero recordar a V. exas., que as duas primeiras, foram ao contrário, foram para meter dinheiro no orçamento, porque sem termos o dinheiro no orçamento foi para meter saldo do ano anterior por duas vezes, para dotar o orçamento na possibilidade de podermos lançar procedimentos e fazer candidaturas, fazer candidaturas que ainda é longe do procedimento.

Quero recordar V.Exa. que há aqui uma parte muito significativa, que não depende só dos incidentes, das aprovações, dos concursos, não tem que ver só com isso é que nós dependemos mesmo de outras entidades mesmo na Operação Integrada de Desenvolvimento Local há aqui um conjunto de ações que vão ser feitas com as Juntas de Freguesia e precisam também de trabalho com as próprias instituições sociais e coletividades que vão ser beneficiadas nas obras das suas coletividades.

Quem nos dera a nós quando partimos para o OIL, podemos meter os projetos todos nas mãos de cada um e (quem tivesse unhas tocasse viola) nós só tínhamos que fazer chegar o dinheiro, fomos nós que concebemos o projeto de candidatura participado, mas depois cada um aplicaria não já no final do processo ficou tudo dito, a Câmara é que tem que executar tudo, ou seja para além das nossas obras, nós temos que executar as obras todas do resto da comunidade e ter os procedimentos todos e os projetos todos nas nossas mãos e até aquelas que são das juntas pode fazê-las, nós temos que aprovar em reunião de Câmara, fazer as transferências financeiras para as juntas e aguardar também que a União de Freguesias tenha possibilidade de lançar os últimos procedimentos e portanto quero dizer-vos que às vezes não é só o atraso ou é as obras que se atrasam, porque nós por um lado para podermos fazer andar o processo temos que ter a verba toda definida, mesmo conscientes que não vamos gastá-la e por isso recordar-lhe que as duas primeiras visões foi para colocar dinheiro do ano anterior que é sempre necessário para termos de facto as verbas a definir, definidas, para se poder lançar as coisas e para fazermos candidaturas que ainda estão na fase do projeto, temos lá a verba mas a verba é para o projeto e para a obra, paga-se o projeto a obra é feita no ano seguinte, tem que se reprogramar.

Dar-lhe aqui esta explicação que é real e é transparente e não tem nada na manga e isto faz parte da gestão quotidiana e é evidente que a revisão não é para uma alteração permutativa que levamos a reunião de Câmara, essas podemos fazer tantas quantas forem necessárias porque essas não podem impedir de canalizar dinheiro de um lado para o outro para se pagar uma coisa ou para se realizar uma outra obra mais urgente, mas de facto fazer três revisões por ano, daquilo que conheço da generalidade dos municípios, até somos poupadinhos.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com doze votos a favor da CDU e quinze abstenções (cinco do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

“Passamos ao ponto seguinte.”

PONTO 6 – Pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo

O **Sr. Presidente de Câmara:**

“ Nos termos do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), determina, no n.º 2 do art.º 51.º, que os investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazos, para além de identificados no respetivo contrato de empréstimo, quando ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de investimentos, a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal.

É intenção do Município contratualizar um empréstimo de longo prazo, no montante de 7.657.000€ (sete milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil euros), para financiar um conjunto de obras e projetos incluídos (ou a incluir) no Plano Plurianual de Investimentos, 2024-2028, cujo valor ultrapassa os 10% das despesas de investimento do orçamento previsional de 2024;

Assim, propõe-se que a Assembleia possa autorizar, a contração de empréstimo para os seguintes investimentos:

- Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho, temos uma outra fase dos interiores ainda para fazer, redes informáticas entre outras beneficiações – 500.000,00 €
- Reabilitação do Edifício da Coopinhal para instalação de serviços, uma parte está reabilitada e já tem serviços à comunidade a funcionar, mas a parte maior da antiga loja e armazém é aquela onde queremos instalar no futuro um outro complexo de serviços na área do urbanismo, para sairmos de umas instalações que estão a ser necessárias para outro fim e que têm um preço de arrendamento bastante elevado e, portanto, o projeto está em elaboração - 1 144 000,00 €
- Requalificação do Edifício PALMELA CONQUISTA, o celebre edifício PAL, depois com novo projeto, novos valores, já não é candidatável e, portanto, vai a empréstimo – 600.000,00 €
- Infraestruturação da Lagoinha – Rua da Lusitânia, mais – 150.000,00 €
- Infraestruturação da Rua Zeca Afonso, na Quinta do Canastra/ Terrim – 250.000,00 €
- Infraestruturação da Lagoinha – Rua dos Amigos – 240 000,00 €
- Infraestruturação da Rua Manuel João de Lima Simões - Quinta do Anjo – 225.000,00 €
- Execução da rede de drenagem de águas residuais domésticas em várias ruas da Carregueira/Abreu Grande - Pinhal Novo – 418.000,00 €
- Sistema de Esgotos na EN 252, junto a Portal Branco, Quinta das Asseadas e zonas limítrofes – 500.000,00 €
- Reabilitação do Edifício Santa Rosa, em Pinhal Novo – 200.000,00 €
- Pavimentação da Rua Montinhoso (troço nascente) - Pinhal Novo – 100.000,00 €
- Pavimentação da Rua Isidoro Vitorino – Lagoinha – 180.000,00 €
- Pavimentação de Troço da Rua 1º de Janeiro – Pinhal Novo – 260.000,00 €
- Repavimentação da Estrada do Padre Nabeto – Palmela – 190.000,00 €
- Prolongamento da Rua 1º de Maio - Lagoa da Palha – 100.000,00 €
- Repavimentação da Estrada dos Carvalhos – Palmela – 90.000,00 €
- Requalificação da Avenida dos Caminhos de Ferro – Palmela – 500.000,00 €

-
- Pavimentação da Rua dos Alegrias - Pinhal Novo – 275.000,00 €
 - Pavimentação da Rua da Ponte – Palmela – 275.000,00 €
 - Pavimentação do Troço da Avenida Marechal Costa Gomes – Lagoinha – 270.000,00 €
 - Pavimentação da Rua da Etiópia – Poceirão – 190.000,00 €
 - Infraestruturas do Bairro José Maria dos Santos - Pinhal Novo – 1.000.000,00 €

Este mandato ainda não tínhamos proposto nenhum empréstimo, obviamente se estamos a propô-lo e quem conhece o nosso orçamento e a fundamentação das nossas GOPS, quer as anteriores, quer as atuais, conheceram dentro de dias é porque temos capacidade de endividamento e é porque temos capacidade para pagar, porque de outra forma não seríamos autorizados a contrair empréstimos e traremos outros, já agora, mas só no próximo ano sobretudo para alavancar obras que até eram da responsabilidade da Administração Central, como a Ribeira da Salgueirinha e que não tem o financiamento completo para aquilo que é preciso fazer.

Não trouxemos por duas razões, o projeto está adjudicado, quando estiver terminado sabemos os custos reais da obra. A nossa estimativa é que é uma obra para 5.400 000,00€ (cinco milhões e quatrocentos mil euros), com financiamento de 3.700.000,00€ (três milhões e setecentos mil euros), mas em vez de estarmos a definir já que precisamos de 1.700.000,00€ (um milhão e setecentos mil euros) vamos conhecer o projeto e depois solicitar empréstimo em função do valor que for necessário, mas disso falaremos no próximo ano.

Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

”Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre este pedido de empréstimo quem quer usar da palavra?

Ninguém se quer prenciar votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (doze da CDU, cinco do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do BE) e dois votos contra do CH.

O Sr. Presidente da Mesa:

”Proposta seguinte, ponto sete.

Faz favor Sr. Presidente.”

PONTO 7 – Desafetação do domínio público municipal e afetação ao domínio privado de parcela de terreno para instalação da Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Anjo

O Sr. Presidente de Câmara:

”Esta é uma operação que em tempos pensamos já tê-la trazido aqui, quando se previa que pudesse ser a Administração Regional de Saúde, quando há muitos anos tínhamos decidido aquela localização, aquela localização foi encontrada ainda no tempo de outros executivos tendo sido disponibilizada à ARS LVT, para pensar num Centro de Saúde de Quinta do Anjo naquele local. Mas tem estado nas cedências do loteamento ainda no domínio publico municipal e pensamos fazer isto quando estava previsto isto ser feito por outra entidade, mas depois com a clarificação que as novas extensões continuariam a ser feitas vai-se lá saber por

quem, pelas autarquias mesmo nos seus próprios terrenos não sentimos essa necessidade, mas confrontados com outras questões nomeadamente pela EREDES que nos últimos tempos para fazer ligações etc. etc. quer que os equipamentos tenham o registo predial autónomo e perfeitamente clarificado que está em domínio privado daquela entidade e portanto o Centro de Saúde vai ser da autarquia, já na descentralização de competências não é da ARS e vem para a autarquia, já é da autarquia e portanto tem que estar não no domínio público de cedência, mas no domínio privado municipal, mas sobretudo por causa destas questões que a EREDES tem-nos posto nos últimos tempos aí nalgumas obras até para fazer estações elevatórias em terrenos cedidos por particulares, é uma dor de cabeça para depois termos as ligações elétricas.

Está na altura de propor à Assembleia que autorize esta desafetação do domínio público e a afetação do domínio privado desta parcela para quando fizermos a candidatura e a obra não termos nenhum engulho com nenhuma entidade.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Obrigado, Sr. Presidente.

Sobre esta proposta, alguma intervenção?

Cláudia do Chega, faz favor.”

A Sra. Cláudia Estevão do CH:

“Nós votaremos a favor, naturalmente e queríamos deixar aqui expressa a nossa satisfação, porque neste ano de dois mil e vinte e três, no ano em que devíamos de estar a inaugurar esta Unidade de Saúde Familiar estamos finalmente a dar mais um passinho para a sua concretização e esperamos que ela possa materializar em breve, porque é um ganho para a população.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Não?

Votamos.

O Sr. Presidente da Mesa:

“Ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Sr. Presidente de Câmara se faz favor.”

PONTO 8 – Projeto de Regulamento municipal da Feira Medieval de Palmela – Aprovação final

O Sr. Presidente de Câmara:

“Não iria maçá-los com a leitura da proposta a Feira Medieval evoluiu, tem os seus requisitos para ganhar genuinidade e autenticidade, tem um conjunto de regras para quem se propõe participar na feira comercialmente etc., é necessário ter estas questões bem regulamentadas, abrimos procedimentos, estive em consulta, não houve grandes contributos e, portanto, trazemos aqui a versão final e cabe à Assembleia aprovar o Regulamento para podermos utilizá-lo na futura edição.”

O Sr. Presidente da Mesa:

"Sobre o Regulamento Municipal da Feira Medieval de Palmela, alguma intervenção? Não?
Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (doze da CDU, cinco do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Vamos passar ao último ponto da ordem de trabalhos.

Faz favor Sr. Presidente."

PONTO 9 – Contrato-Programa entre a Câmara Municipal e a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda.

O Sr. Presidente de Câmara:

"Precisamos de ter em vigor o Contrato-Programa, por mais dois anos, o Contrato-Programa tem aqui explanados quais são os objetivos, os equipamentos que compete à Palmela Desporto gerir e também os critérios que definem o nível de comparticipação de apoio à exploração da Empresa Municipal, não aumenta o valor, em minha opinião valia a pena aumentar porque se repararem o conjunto de equipamentos aumentou, os gastos obviamente com pessoal aumentaram, há mais gente a trabalhar, há mais atividade houve mais equipamento adquirido, há mais consumos de água, energia etc. mas conseguimos ainda assim dar orientação política à Palmela Desporto dado que tem conseguido exercícios equilibrados e com resultados positivos manter comparticipação financeira no valor atual dos últimos anos, sendo que estimamos que com a entrada em funcionamento dos novos equipamentos, do Padel, a futura pista simplificada de atletismo e outras valência e se calhar até os aumentos com pessoal, que a Palmela Desporto possa vir a precisar de um outro contrato tem que atualizar os equipamentos e tem que atualizar os objetivos, mas para já saúdo o resultado a que chegamos entre a Sra. Vereadora do Pelouro que acompanha a DCDJ a empresa, sendo a nossa representante na Assembleia Geral nas negociações com a empresa e é isto que trazemos.

Subsidio à exploração no mesmo valor do Mandato anterior embora com mais trabalho e mais equipamento para gerir, mas isto significa que a Palmela Desporto nos resultados positivos que tem tido consegue acomodar este aumento de despesa e tem aqui outro particular que habitualmente nós só discutimos isto em Reunião de Câmara quando se fala da discussão da conta e do orçamento da Palmela Desporto que é o facto que a Palmela Desporto dá cada vez mais conta ela própria das obras que é isso que lhe compete de conservação e manutenção dos edifícios com receitas próprias, portanto é sinal de que a gestão está a ser bem feita e que está a ser bem feito o investimento que o município faz naquela empresa. Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Intervenções sobre este Contrato-Programa?

António Godinho, Partido Socialista se faz favor."

O Sr. António Godinho do PS:

"Obrigado, Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e as pessoas que nos assiste online.

Apenas uma breve nota, o PS congratula-se com a evolução positiva que a Palmela Desporto apresenta relativamente ao equilíbrio das suas contas e à oferta que disponibiliza aos cidadãos do concelho.

Esperemos que esta tendência favorável seja para manter nos próximos anos, sabemos que nem sempre foi assim, durante demasiados anos as contas representaram um défice representativo e a oferta ficou um pouco aquém do que deveria oferecer uma instituição deste género.

O PS reitera, mais uma vez, que descorda do modelo de gestão da Palmela Desporto, por nosso entender não potenciar plenamente todas as mais valias que poderia proporcionar à população do concelho.

Sendo assim o sentido de voto do PS, será a abstenção.

Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

”Muito obrigado.

Colin Marques PPD/PSD, se faz favor.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD:

”Já por uma questão de princípio que já vem do nosso programa eleitoral para este mandato e que já vinha de trás, nós não vemos nenhuma mais-valia na existência da Palmela Desporto e não entendemos que, nada que ela faz não pudesse ser competências que o próprio município poderia ter todas as condições para o fazer.

Nesse sentido como somos favoráveis à extinção desta empresa, votaremos contra.

Obrigado.”

O Sr. Presidente da Mesa:

”Muito obrigado.

Não deslumbro mais nenhuma inscrição, Joaquim Pires CDU faz favor.”

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

”Apenas duas notas também relativamente a esta proposta, consideramos, como temos sempre que considerar que é um equipamento muito importante na área do desporto e que efetivamente merece ser apoiada e tendo em conta os esforços que o executivo tem feito, libertando cada vez mais sem prejudicar a atividade que é prestada aos nossos munícipes e entendemos que a existência deste equipamento é fundamental para que muitos munícipes, possam praticar desporto, outros tipos de atividade tendo em conta a sua saúde física e mental e que de outro modo, não existindo não tinham hipótese de o fazer, por isso nós concordamos com este protocolo e vamos votar a favor.”

O Sr. Presidente da Mesa:

”Muito obrigado.

Não tenho mais intervenções.

Sr. Presidente de Câmara se faz favor.”

O Sr. Presidente da Câmara:

”Uma nota, obviamente as intervenções e a posição do sentido de voto de algumas bancadas não me surpreendem, mas isso não significa que não deva haver aqui algum espaço sobretudo de desafio que

reconheçam melhor a atividade da Palmela Desporto e qual é o objetivo de uma empresa municipal desta natureza.

Há um conjunto de aspetos da gestão corrente de equipamentos bastante sensíveis que nenhuma Câmara por si só teria a facilidade de resposta e a agilidade que tem uma Empresa Municipal, e a prova basta ver o que acontece um bocadinho à nossa volta há muitos anos, também noutros municípios e atenção que há muitos municípios na área política do PSD, etc., que tem Empresas Municipais.

O município não poderia ter uma equipa de natação de competição e esta é uma vertente de um reinvestimento social que o município faz através da Palmela Desporto, as pessoas estão ali por questões de saúde, de bem-estar, de aprendizagem, mas depois os jovens não podem andar a vida inteira na aprendizagem se quiserem ir para a competição têm de ter uma equipa e com uns excelentes resultados nos campeonatos regionais foram trinta e seis títulos, neste último mês.

Equipas de natação adaptada, se nós temos desporto adaptado no concelho e vamos ter um Congresso dia sete, sobre desporto adaptado em Palmela devendo ao trabalho que a Palmela Desporto tem feito, mais visível na natação, mas que vai estendê-lo porque já houve contatos para isso, até ao Boccia e outras coisas mais.

A própria angariação de publicidade, a agilidade de gestão dos equipamentos ao serviço dos clubes por via de contratos-programa com o município, é preciso perceber um bocadinho tudo aquilo que se passa no terreno. Nunca houve tanta atividade no terreno diversificada na Palmela Desporto, mas não é na lógica do lucro, porque obviamente a Palmela Desporto podia ter atividades mais rentáveis.

O Padel, não é que sejamos entusiastas da modalidade é que sabemos que é algo que tem muita procura e que tem rentabilidade, ao passo que as outras modalidades que a Palmela Desporto tem o custo benefício tem é muito grande para o cidadão e para os praticantes, mas a despesa é muito superior aquilo que é o pagamento que cada um faz individualmente e aí está o município com o subsídio à exploração a tentar cobrir estas coisas.

Depois, do ponto de vista da gestão também é importante perceber e foi no tempo da Troika que acabaram com uma série de empresas municipais e ainda bem, porque algumas eram autênticos verbos de encher, para dar empregos a (boys), mas não eram da minha área política e de facto, passou a haver uma legislação que definia claramente quem tivesse resultados negativos tinha de desaparecer.

A nossa empresa sempre se portou muito bem e dantes o subsídio à exploração aproximava-se de mais de cinquenta por cento do orçamento da empresa, neste momento está na ordem dos trinta e tal por cento, portanto é preciso perceber que aquela empresa que já tem um volume de trabalhadores muito grande, que tem melhores regalias que outros, por exemplo acha que é possível que numa empresa o município contratar à peça fisioterapeutas? Para dar aulas de fisioterapia em piscinas?

O sistema de contratação na Palmela Desporto garante mais direitos, tem hoje um conjunto de trabalhadores contratados, este é o caminho com mais agilidade para gerir equipamentos que têm especificidades técnicas que noutros sítios fecham as piscinas e depois vão treinar onde? Veem treinar a Pamela e a Pinhal Novo nas piscinas da Palmela Desporto, porque têm de as ter fechadas, noutros concelhos.

Eu convido quem tem alguma fixação deste modelo e desta empresa que tem resultados como tem ultimamente também o triatlo com a tripula rotação, etc., com o conjunto de protocolos com colégios, com IPSS, com empresas privadas prever o potencial do trabalho que ali é feito e o resultado que tem na elevação das condições de saúde e bem-estar físico e psicológico da nossa população e dos seus utentes e portanto não nos arrependemos do modelo e sobretudo quando a gestão é bem feita e tem tido resultados sejam desportivos, sejam sociais, apreciáveis achamos que não faz sentido tentar destruir algo que está bem e portanto a empresa tem futuro e há de continuar a ter futuro.

Obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor (doze da CDU e quatro do MCCP), oito abstenções (cinco do PS, dois do CH, um do BE) e três votos contra do PPD/PSD.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Temos uma para aprovar hoje, que é a ata da 28.6.2023, temos tido aqui uma dificuldade com a realização das atas e, portanto, temos aqui as atas da Assembleia Municipal atrasadas, estamos a aprovar hoje a de junho, falta-nos a de setembro devíamos de estar hoje a aprovar a de setembro.

De qualquer maneira, eu pessoalmente sei que tem havido algumas dificuldades ao nível do gabinete e, portanto, vamos tentar que na próxima sessão ordinária possamos ter a ata de setembro para aprovação.

Relativamente te a esta ata alguém quer fazer alguma intervenção?

Carlos Oliveira faz favor."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Por não ter estado nenhum membro da Assembleia do Bloco de Esquerda presente na referida sessão, vou-me abster na votação desta ata."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Obrigado, é uma declaração de voto.

Mais alguém quer fazer alguma intervenção? Não?

Votamos."

Ata número dezanove, de vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dez da CDU, cinco do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH) e três abstenções (dois da CDU e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Terminamos a nossa sessão, marcando encontro para o próximo dia catorze, para uma sessão ordinária, aqui neste mesmo local onde discutiremos o orçamento e as grandes opções do Plano para o próximo ano.

Muito obrigado."

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e uma horas do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa**, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos cinco de dezembro de dois mil e vinte e três.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa